

HANDBOOK OF AUTOETHNOGRAPHY. Jones SH, Adams TE, Ellis C, editors. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736 p. (Coleção Queer). ISBN: 978-15-98746-00-6

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE020615>

Autoetnografia

Editado por Stacy Holman Jones, Tony E. Adams e Carolyn Ellis, *Handbook of Autoethnography* é um livro intrigante, fascinante e revolucionário, no sentido científico, político e sociológico. O livro organizado em quatro seções é composto por 736 páginas distribuídas em 34 capítulos escritos por diferentes autores e apresenta uma nova abordagem metodológica: a autoetnografia, que em linhas gerais tem como objetivo requalificar a relação entre objeto e observador, ressaltando a importância desta interação e da experiência pessoal do pesquisador como forma de construção do conhecimento.

Segundo Jones, Adams e Ellis, o termo “auto-etnografia” foi utilizado inicialmente pelo antropólogo Hayano em 1979, depois, no início dos anos de 1980, esta abordagem metodológica começou a ser desenvolvida e definida como um método de pesquisa, quando compreensões mais sofisticadas e complexas do campo de pesquisa emergiram e sua conexão com a experiência pessoal começou a ser desenvolvida no Departamento de Fenomenologia, Etnometodologia e Sociologia Existencial na pós-graduação da Universidade de Chicago.

A pesquisa social na maior parte das Ciências Sociais busca a impessoalidade, já a autoetnografia emerge para estudar a experiência pessoal, para ilustrar como esta experiência é importante no estudo da vida cultural, não clamando a produzir um método melhor ou mais válido do que outros, mas provendo outra abordagem nos estudos socioculturais. Autoetnografia representa a experiência pessoal no contexto das relações, categorias sociais e práticas culturais, de forma que o método procura revelar o conhecimento de dentro do fenômeno, demonstrando, assim, aspectos da vida cultural que não podem ser acessados na pesquisa convencional.

O método da autoetnografia propõe a pesquisa social numa prática ainda menos alienadora, em que o pesquisador não precisa suprimir sua subjetividade, pois pode “refletir nas consequências do [seu] trabalho, não só para os outros, mas para [si] mesmo também, e onde todas as partes – emocional, espiritual, intelectual, corporal, e moral – podem ter voz e serem integradas” (p. 53).

Existem cinco chaves para a construção da autoetnografia: (1) visibilidade para o si: é o eu do pesquisador se tornando visível no processo, este eu não é separado do ambiente, ele só existe na relação com o outro, é, portanto, o eu conectado com o seu entorno; (2) forte reflexividade: representa a consciência de si e a reciprocidade entre o pesquisador e os outros membros do

grupo, o que conduz a uma introspecção guiada pelo desejo de entender ambos; (3) engajamento: em contraste com a pesquisa positivista que assume a necessidade de separação e objetividade, a autoetnografia clama pelo engajamento pessoal como meio para entender e comunicar uma visão crítica da realidade, de forma que engajamento, negociação e hibridez emergem como temas comuns de uma variedade de textos autoetnográficos; (4) vulnerabilidade: a autoetnografia é mais bem-sucedida quando é evocativa, emocionalmente tocante e quando os leitores são tocados pelas histórias que estão lendo, certamente isto traz algumas vulnerabilidades ao explorar a fraqueza, força, e ambivalências do pesquisador, evocando a abertura de seu coração e mente; (5) rejeição de conclusões: a autoetnografia resiste à finalidade e fechamento das concepções de si e da sociedade, pois é concebida como algo relacional, processual e mutável.

Além disso, para Jones, Adams e Ellis é possível escrever autoetnografia com diferentes características: (1) imaginativo-criativa: representa o tipo mais inovador e experimental, publicações neste estilo têm incorporado poesia e diálogos performativos baseados na autobiografia dos pesquisadores; (2) confessional-emotiva: diferente da escrita convencional e científica, esta abordagem busca expor detalhes que provocam reações emocionais nos leitores; (3) realista-descritiva: este estilo busca descrever a experiência do pesquisador por meio de uma narrativa, integrando detalhes que auxiliam o leitor a reconstruir em suas mentes a realidade descrita; (4) analítico-interpretativa: é uma abordagem acadêmica típica comum na pesquisa em ciências sociais, que tende a suportar a análise e a interpretação sociocultural.

A autoetnografia tem sido utilizada, dessa forma, para criticar discursos dominantes e hegemônicos, pautados no poder da colonização ocidental, como, por exemplo, o discurso biomédico, no qual narrativas autoetnográficas de pacientes desafiam o discurso médico que exclui a experiência de seus corpos. O corpo oferece o nexa epistemológico e ontológico, para a emersão de novos *insights*, é o ponto zero da percepção, o centro onde se define o horizonte do eu. Afirma Pelias, no capítulo *Writing Autoethnography*, que: “*escrevendo sobre mim eu falo a partir do corpo, é uma escola sintonizada no visceral e somático, meu corpo e minha mente trabalham como numa orquestra, como o lugar onde a história é gerada internamente, somaticamente, para se manifestar externamente, semanticamente; eu sou meu corpo falando*” (p. 388).

A perspectiva epistêmica da autoetnografia não vai contra a objetividade de outros métodos de pesquisa, uma vez que pode ser mais bem compreendida como uma postura perante um texto, na qual “*não existe neutralidade quando escrevemos algo, assim como quando lemos nós trazemos todas as nossas relações para as páginas*” (p. 229). Na autoetnografia escreve-se pessoalmente oferecendo emoção, abertura à vulnerabilidade e desafio ao texto ortodoxo que pretende ser objetivo,

super-racional e textualmente distanciado. Abrir a vulnerabilidade implica visibilizar o “irracional, particular, privado, e subjetivo”, em contraponto com o racional, universal, público e objetivo.

A pesquisa convencional, mesmo no campo das Ciências Sociais, ditada pela cultura ocidental, dos países industrializados, ricos e colonizadores, constrói com a perspectiva positivista um conjunto de “normas” a serviço do projeto da Modernidade. A etnografia ortodoxa, por exemplo, busca uma descrição objetiva e em terceira pessoa, normalmente construída por um pesquisador branco (homem ou mulher), ocidental e de classe média. A autoetnografia, todavia, parte do pressuposto que o conhecimento não tem como ser neutro nas instituições educacionais e nem fora delas. A persistente valorização da objetividade cria um viés, que é mascarado pela própria objetividade, distorcendo o conhecimento em caminhos opressivos e refletindo a perspectiva conservadora da maioria dos trabalhos acadêmicos. Por isso, uma das propostas da autoetnografia é servir à justiça social, como componente político que visa a explorar e explicitar elementos da

iniquidade em tempos e espaços sociais particulares. De forma que na autoetnografia o autor é instigado a ser “a mudança que quer ver no mundo” (Gandhi), ou seja, é um crítico social produtor de atos microsociais que explicita injustiças e produz ambigualmente justiça social.

Assim, conclusivamente, o texto autoetnográfico pretende abrir a perspectiva científica para além da racionalidade objetiva, integrando os aspectos negligenciados pela cultura científica ocidental na produção do conhecimento. Além disso, a autoetnografia busca alcançar dimensões maiores que a de um método científico, propondo, por meio do engajamento e reflexividade, que cada autor viva e escreva sobre a vida de forma honesta, complexa e apaixonada.

Pedro Mourão Roxo da Motta
Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de
Campinas, Campinas, Brasil.
terapeutapedromotta@hotmail.com

Nelson Filice de Barros
Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de
Campinas, Campinas, Brasil.
nelfel@uol.com.br